

Atendimento Educacional Especializado e a Aquisição da Segunda Língua para Alunos Surdos: Um Estudo de Caso

Por *MARIA LUCÉLIA FERREIRA DE SOUZA*

RESUMO

O presente trabalho analisa o Atendimento Educacional Especializado e a aquisição da segunda Língua para o aluno Daví (pseudônimo). Essa análise parte de um estudo de caso de um aluno surdo, do sexo masculino, com idade de 15 anos, de autoestima elevada que cursa o 7º ano em uma escola pública estadual no município de Iguatu-Ce. Segundo o professor do AEE e a professora de Língua Portuguesa, o aluno apresenta dificuldades no que se refere aos aspectos linguísticos, e de aprendizagem, mas especificamente em interpretação textual, leitura e escrita, decorrente do atraso de acompanhamento escolar adequado e falta de práticas pedagógicas eficazes, pois chegou ao 6º ano sem ser alfabetizado, apenas copiava palavras do quadro, mas não entendia o que significava. Nesse sentido, objetivamos, com esse trabalho, refletir acerca de uma proposta de aquisição de uma segunda língua (língua portuguesa/escrita) para alunos com surdez, a partir da elaboração de um plano de AEE pautado na abordagem bilíngue, que possibilite a ampliação das competências linguísticas em Libras e Língua Portuguesa na modalidade leitura e escrita, com vistas a levar o aluno conquistar sua autonomia e participar ativamente na escola. Para a realização da pesquisa utilizamos a metodologia da Aprendizagem Colaborativa em Rede – ACR, proposta pela coordenação do curso, que é uma aprendizagem mediada por problemas, organizada em 06 etapas: Proposição de um caso de um aluno da rede pública de ensino; Análise e clarificação do problema; Discussão do problema; Solução e socialização do problema; Elaboração do plano de AEE e apresentação da Solução do plano de AEE. Para o caso em estudo o plano foi elaborado para atender a necessidade de Daví, como também nortear a escola para uma reorganização do seu atendimento. Assim, nos baseamos nos três momentos didático-pedagógicos abordados por Damázio (2005): Atendimento Educacional Especializado em Libras, tendo em vista que o aluno precisará para compreender e aprender os conteúdos em Línguas de Sinais; Atendimento Educacional Especializado de Libras, em virtude da necessidade de Daví aprimorar a comunicação por meio dessa língua, a qual subsidiará o AEE em Libras; por fim o Atendimento Educacional Especializado em Língua Portuguesa: leitura e escrita, sendo esse aspecto de maior dificuldade do aluno em dominar e do AEE e da escola em ensinar. No plano apontamos algumas

atividades e recursos essenciais para o aprimoramento do ensino produtivo da primeira e da segunda língua para a pessoa com surdez que foge as práticas integracionistas de algumas unidades de ensino.

Palavras-chave: (1) Atendimento Educacional Especializado. (2) Educação Especial. (3) Escola comum.

Introdução

Fazendo um contraponto com a realidade da educação especial em 2000 com a atual, percebemos o quanto se evoluiu no cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência. Nas escolas, a inclusão era um fato muito distante e os recursos e materiais eram adaptados e as salas eram específicas de alunos da mesma deficiência. Hoje percebemos um avanço significativo em termos de disponibilização de materiais investimento em cursos de formação/especialização para professores e principalmente na inserção desses alunos na sala comum do ensino regular.

Observamos que através da Política Nacional de Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva, o processo de inclusão está se efetivando nas escolas e nos mais diversos níveis de escolaridade, pois se trata de uma política que busca valorizar e respeitar o homem em suas especificidades, mas que se igualam na convivência, nas relações e nas interações. Neste sentido, em particular a pessoa com surdez deve ser vista como um ser que possui potencialidades, singularidades e diferenças, mas que é capaz de construir conhecimentos, como também de se desenvolver tão bem quanto os ouvintes.

Através de observações de um aluno com surdez realizada em sala de aula e na Sala de Recurso Multifuncional de uma escola pública estadual, no município de Iguatu, e de entrevista com professores e pais do mesmo que percebemos a urgência de uma proposta capaz de contribuir para a aquisição da segunda língua para o aluno Daví, através de um AEE mais eficaz com metodologias e práticas pedagógicas aplicadas no que diz respeito ao atendimento a esse aluno de acordo com a sua necessidade específica.

Nesse sentido, objetivamos com esse trabalho Refletir acerca de uma proposta de aquisição de segunda língua (língua portuguesa/escrita) para alunos com surdez, através do AEE oferecido na SRM de uma escola pública. Um atendimento pautado

na abordagem bilíngue, que possibilite a ampliação das competências linguísticas em Libras e Língua Portuguesa na modalidade leitura e escrita.

Proposição de um caso

Daví¹, 15 anos de idade, mora com sua mãe, padrasto, irmã mais nova e uma prima, no município de Iguatu-CE, cursa o 7º ano em uma escola pública estadual.

Daví nasceu no município de Cariús-CE de parto prematuro, sua mãe acredita ter adquirido rubéola no ambiente que fazia pré natal, depois do contato com uma pessoa afetada.

A mãe só percebeu que o filho era surdo, aos 10 meses de idade, após observar que ele acompanhava os movimentos com os olhos e não atendia quando chamado. A mãe procurou vários médicos, na tentativa de fazê-lo ouvir e falar buscou alternativas em São Paulo, Rio de Janeiro, porém o diagnóstico era sempre o mesmo. Segundo laudo médico apresentado pela mãe, Daví tem perda auditiva de: OD: 90db e no OE: 85db. Tentou matriculá-lo em creches, porém era excluído pelos professores, que diziam para a mãe que o seu filho não ia aprender, que estava em sala por estar, não passavam atividades para o aluno, às vezes mandavam a mãe deixar o filho em casa e não levá-lo para a escola. Como Daví era muito esperto começou tirar palavras do quadro, mesmo não compreendendo o que estava escrito, copiava tudo e assim foi passando de ano.

A mãe nunca desistiu, buscou conhecer os direitos do seu filho e nessa busca descobriu o trabalho desenvolvido por uma Escola Pública com alunos especiais e decidiu mudar-se com a família para Iguatu, matriculou o filho na escola, no ano de 2010. Teve rápida adaptação tanto na sala comum como na sala de recurso multifuncional, fez amizades, gosta de realizar pesquisas, atividades em grupo e pede ajuda quando necessário. Nesse período decidiu descartar o aparelho auditivo, que usou por um ano, por insistência da mãe, por acreditar que o aparelho pudesse colaborar no seu desenvolvimento pessoal e escolar.

Com o apoio da intérprete e dos professores, Daví foi "alfabetizado" na Libras e na Língua Portuguesa dentro de um ano e meio, segundo depoimento dos professores e da mãe: *"ele é fascinado pela Língua de Sinais. Em casa ele tenta me ensinar alguns sinais para facilitar a comunicação, não perde um dia de aula, pede ajuda para resolver as atividades, vai para a escola de bicicleta, percorrendo quase 2km*

de distância de sua casa, vai sozinho, de topic, visitar a namorada no distrito de Alencar²...”: diz a mãe.

Dentre suas habilidades, podemos destacar o desenho, o gosto pelo vôlei, consegue resolver cálculos e tem bom relacionamento com os colegas. Segundo a professora de Língua Portuguesa o aluno tem dificuldades em interpretação de texto e na comunicação com os colegas ouvintes, uma vez que não quer mais utilizar gestos, só a Libras. A mesma dificuldade é sentida pela sua mãe em casa. Mãe e filho são adeptos do bilinguismo. Ele tenta fazer leitura labial, além de tentar algumas articulações.

As expectativas da família é que ele alcance os seus objetivos, que é concluir o ensino fundamental e médio e chegar a uma universidade.

Análise e clarificação do problema

Até que ponto a contribuição do AEE é eficiente na aquisição da segunda língua para o aluno Daví.

Analisando o caso Daví, verificamos que o mesmo é uma pessoa de autoestima elevada e que se assume enquanto surdo. Cursa atualmente o 7º ano, é fascinado pela Língua de Sinais, comunicativo (apesar da dificuldade de se comunicar em Libras com os colegas ouvintes e em casa), possui namorada e tem bom relacionamento na escola e no lar.

Segundo os professores do Daví, ele tem boa memória visual, se destaca no desenho e no vôlei. Suas disciplinas mais críticas são Português e Matemática, consegue resolver cálculo, porém com um pouco de dificuldade. Conforme a professora de Língua Portuguesa, ele apresenta dificuldade no que se refere aos aspectos linguísticos, e de aprendizagem, mas especificamente em interpretação textual, leitura e escrita, que de acordo com o relato da família e da escola atual, isso decorre do atraso de acompanhamento escolar adequado e falta de práticas pedagógicas eficazes, pois chegou ao 6º ano sem ser alfabetizado, apenas copiava palavras do quadro, mas não entendia o que significava.

A partir do ano de 2010 teve contato com a Libras e conseguiu aprender com muita facilidade alguns sinais, o que contribuiu bastante no seu processo de

alfabetização/escolarização. Frequenta o AEE dois dias por semana no contra turno da mesma escola que estuda.

Diante do exposto, percebemos a necessidade de Daví estar em um ambiente escolar que lhe proporcione a potencialização do desenvolvimento do seu processo perceptivo, linguístico e de aprendizagem, tornando-o uma pessoa capaz de desenvolver não somente os processos visuais, mas aprender a ler e escrever as línguas em seus entornos.

Nesse sentido, fundamentamo-nos na linha de pensamento de Damázio e Ferreira (2009) e apontamos algumas soluções a serem postas em prática pela escola:

- Acolher o aluno e a sua família, para conhecê-lo melhor (suas particularidades);
- Articular professores da sala comum e do AEE para estabelecer parcerias no planejamento escolar;
- Realizar uma avaliação diagnóstica do nível de aprendizagem para poder se iniciar intervenção pedagógica;
- AEE de Libras, em virtude de Davi precisar aprimorar a sua comunicação por meio dessa língua, bem como compreender termos técnicos;
- AEE em Libras, visto que esse atendimento subsidiará gradativamente o desenvolvimento dos conteúdos trabalhados em sala de aula;
- AEE para o ensino da Língua Portuguesa tanto na sala comum como no AEE, considerando que o estudo desta segunda língua pelo Daví precisa ser estimulada e trabalhada no seu cotidiano, para que através do seu uso desenvolva as competências linguísticas textuais e discursivas da Pessoa com Surdez;
- Valorizar a importância do intérprete em sala de aula.

Compreendendo este contexto focaremos nosso trabalho no respeito ao ser humano e na valorização das potencialidades do aluno em estudo e assim proporcioná-lo a efetivação de um atendimento educacional de qualidade, respeitando seu ritmo e seu tempo.

Fundamentação teórica

1. Cenário da escola comum na perspectiva inclusiva

O processo de democratização da escola pública do Brasil a qualificou para o reconhecimento dos direitos humanos, ou seja, universais. Certamente a política da educação inclusiva consequência de uma nova lógica social e cultural apoia-se em bases ou instituintes para garantias atuais.

No ano de 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência é fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 4.024/61 que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A constituição federal de 1988, no seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade e condições de acesso e permanência na escola”, ainda em seu artigo 208 garante como dever do estado a oferta do AEE preferencialmente na rede regular de ensino. Como marco legal destacam-se ainda, a declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).

Deflagrou-se então um processo urgente irreversível rumo a Educação Inclusiva. Reconhece-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 como aquela que define como atribuições de uma escola, [...] *elaborar e executar sua proposta pedagógica*, assim o Projeto Político Pedagógico da escola deve contemplar em sua organização, alternativas de práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a Inclusão.

Constatamos no curso da pesquisa em estudo que garantias e legalidades já constituem uma herança brasileira para promoção da equidade. É fato ainda de que não há uma percepção social e coletiva no sentido de efetivá-las, no entanto desde os anos 2000 vem cumprindo um cronograma e um programa intensivos de realizações que promovem a qualificação das instituições de ensino regular para a promoção de uma cultura educacional para a inclusão.

É importante considerar que promover a igualdade na escola não se trata de definir algumas estratégias compensatórias justificadas pelas adaptações curriculares, considerando que alguns alunos, por natureza ou por deficiência, são menos capazes. É preciso rever a lógica que estrutura o conhecimento, analisar o tempo de aprendizagem, construir coletivos, superar currículos rígidos, buscar uma legítima reorientação para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

São muitas as inquietações sobre a inclusão na escola de ensino regular, e que muitas vezes não são canalizadas no sentido de trabalhar novas concepções, responder questões postas e reorientar uma nova prática educativa. Os contextos são sempre concretos, vivenciados no cotidiano dos membros escolares, portanto, é legítimo que o diálogo, entre estes, promova estratégias conforme as necessidades expostas.

Um mito a ser superado quanto à elaboração do PPP é que qualquer tentativa de revisão dos objetivos da prática da escola e do currículo significa rebaixar a qualidade da escola.

2. O Atendimento Educacional Especializado

Como forma de reconhecimento e de garantia de que toda criança especial seja atendida em suas particularidades, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 inovou com a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE que tem como objetivo complementar/complementar o trabalho desenvolvido em sala regular do ensino comum voltado para alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, visando à promoção de sua autonomia seja no ambiente escolar, como fora dele.

O AEE é um serviço oferecido pela educação especial, de oferta obrigatória pelos sistemas de ensino, realizado preferencialmente em escolas comuns ou em centros especializados, sem fins lucrativos, que acontece em um espaço físico denominado de Sala de Recurso Multifuncional – SRM, onde se “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Conforme orienta a Política, a matrícula no AEE está condicionada a matrícula no ensino regular e deve ocorrer em turno contrário do da escola comum e de preferência na mesma escola em que o aluno alvo frequente, pois dessa forma propiciará a interação entre os professores e toda a comunidade escolar, onde terão oportunidade de discutir no dia a dia as necessidades educacionais específicas desse aluno. Dessa forma obterão melhor êxito no planejamento e no desenvolvimento das atividades propostas em ambos os ambientes, promovendo uma educação inclusiva de qualidade, além de oportunizar aos pais maior

participação na vida escolar do seu filho, com o conforto de partilhar experiências em um único espaço.

Para a plena realização do AEE, é necessário que cada escola contemple em seu Projeto Político Pedagógico esse serviço. No caso da inexistência da SRM na escola, a instituição deve prever esse atendimento em outra escola mais próxima.

2.1. Oferta e organização

Diante do exposto no item 4, consideramos importante compreendermos como se dará a organização do atendimento. As Diretrizes Operacionais da Educação para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, Resolução de Nº 4 de 2 de outubro de 2009, no artigo 10, p. 04 discorre:

- I- Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II- Matrícula dos alunos no AEE: condicionada a matrícula do ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III- Cronograma de atendimento dos alunos;
- IV- Plano de AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V- Professor para o exercício do AEE;
- VI- Profissionais da educação: tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII- Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE;
- VIII- Articulação entre os professores do AEE e os do ensino comum.

Nesse sentido, esclarecemos que a pesar da matrícula no AEE estar condicionada a matrícula do ensino comum, o aluno com deficiência não é obrigado a frequentar a sala de recurso, isso será definido pelos pais/responsáveis em comum acordo com

a escola. Desse modo entendemos que a oferta é que é obrigatória (MEC/SEESP, 2008).

Como forma de identificação e organização, é atribuição do professor da SRM elaborar um plano de atendimento para cada aluno, conforme sua necessidade, onde será definido os recursos, atividades e materiais a serem utilizados para o seu desenvolvimento de forma a eliminar as barreiras no processo ensino aprendizagem. Nesse sentido, a escola poderá ainda estabelecer ancoragem com outros profissionais da educação como, por exemplo, um tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais para alunos com surdez, instrutores de Braille para alunos com cegueira, ou um profissional que auxilie os alunos que necessitem de apoio na alimentação, higiene e locomoção.

De acordo com o decreto Nº 6.571 de 2008, no seu artigo 3º como forma de atender a um dos objetivos previstos neste decreto, o Ministério da Educação prestará apoio financeiro em formação de professores para atuação no AEE, gestores e outros profissionais da educação para melhor acontecer a educação inclusiva. Para o atendimento no AEE, o professor precisa ter formação específica na área de atuação de forma que atenda os objetivos da educação inclusiva e nos conteúdos específicos do AEE, caberá a escola dar suporte para que o seu quadro de professores possa estar constantemente em atualização, seja através de momentos de formação desenvolvidos pela própria escola ou de formações/especializações oferecidas por universidades em parcerias com o MEC/SEESP.

3. Salas de Recursos Multifuncionais

No Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre o AEE, Artigo 3º, parágrafos 1 e 2 discorre:

§ 1º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado;

§ 2º A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops

com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

Nesse contexto as escolas da rede pública de ensino estão bem equipadas para fazer acontecer o atendimento aos alunos público alvo da educação especial (alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento ou superdotados/altas habilidades). Como já mencionamos esse atendimento deve acontecer em turno contrário ao da escolarização, podendo ser de 50 minutos a uma hora por dia, dependendo da necessidade do aluno poderá ser de duas a três vezes por semana.

Como forma de fortalecimento do processo de inclusão educacional o Ministério da Educação instituiu através da Portaria nº 13 de 24 de abril de 2007, a disponibilização de salas de recursos tipo I e II. De acordo com a lista apresentada no site do MEC/2009, as salas são constituídas de:

Tabela 1: Salas de Recursos Tipo I

Nº de ordem	Especificação
01	02 microcomputadores com gravador de CD, leitor de DVD
02	02 estabilizadores
03	Lupa Eletrônica
04	Scanner
05	Impressora laser
06	Teclado com colmeia
07	Mouse com entrada para acionador
08	Acionador de pressão
09	Bandinha rítmica
10	Dominó
11	Material Dourado
12	Esquema Corporal
13	Memória de Numerais
14	Tapete quebra-cabeça
15	Software para comunicação alternativa
16	Sacolão criativo
17	Quebra-cabeças sobrepostos (sequência lógica)
18	Dominó de animais em Língua de Sinais
19	Memória de antônimos em Língua de Sinais

20	Lupa manual, Lupa conta-Fio Dobrável e Lupa de Régua
21	Dominó com textura
22	Plano inclinado – estante para leitura
23	Mesa redonda
24	Cadeiras para computador
25	Cadeiras para mesa redonda
26	Armário de aço
27	Mesa para computador
28	Mesa para impressora
29	Quadro melanínico

Fonte: MEC, 2009. www.mec.gov.br

Tabela 2; Salas de Recursos Tipo II - São compostas pelos mesmos materiais que a tipo I e outros recursos específicos para pessoas com cegueira.

Nº de ordem	Especificação
01	Impressora Braille
02	Máquina Braille
03	Reglete de mesa
04	Punção
05	Soroban
06	Guia de assinatura
07	Globo terrestre adaptado
08	Kit de desenho geométrico adaptado
09	Calculadora sonora
10	Software para produção de desenhos gráficos e táteis

Fonte: MEC, 2009. www.mec.gov.br

Contudo, para que se efetive o atendimento é necessário que o município e/ou o estado assumam o compromisso de disponibilizar o espaço na escola e a contratação do professor para atuar na sala.

4. AEE para pessoa com surdez

O AEE acontece de forma distinta para cada deficiência atendida. Para alunos com surdez ele está pautado no ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; no ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita; no ensino em Libras e na

produção e adequação de materiais didáticos e pedagógicos com base em imagens entre outros recursos de aprendizagem.

Quando nos referimos a pessoa com surdez, estamos nos referindo a um ser biopsicossocial, cognitivo e cultural, capaz de produzir e adquirir conhecimentos. É dessa forma que família, sociedade e escola precisam enxergar essas pessoas. Como seres capazes de desenvolver suas potencialidades dentro e fora do ambiente de aprendizagem, conforme nos lembra Damázio, Alves e Ferreira (2009, p.08)

"Pensar e construir uma prática pedagógica, que se volte para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com surdez, é fazer com que esta instituição esteja preparada para compreender essa pessoa em suas potencialidades, singularidades e diferenças e em seus contextos de vida".

Damázio e Ferreira (2009) consideram como principal causa para o sucesso ou fracasso escolar do aluno com surdez a adoção de uma ou outra língua. Colocando a pessoa com surdez na condição excludente das relações sociais, descontextualizadas. Apontam como saída para a dicotomização das pessoas com ou sem deficiência, a nova Política Nacional de Educação Especial, numa perspectiva inclusiva, pois se trata de uma política que busca valorizar e respeitar o homem em suas especificidades, mas que se igualem na convivência, na experiência, nas relações e nas interações.

Dessa forma rompe-se com o paradigma da dicotomização entre oralistas e gestualistas, colocando a tendência bilíngue como forma de libertar a pessoa surda sob a ótica multicultural, deslançando para outros contornos: a LIBRAS e a Língua Portuguesa em suas variantes de uso padrão envolvendo os aspectos formais e pragmáticos. Com a legitimação da abordagem bilíngue aplica-se a obrigatoriedade dos dispositivos legais do Decreto 5.626 de 5 de dezembro de 2005, que "determina o direito de uma educação que garanta a formação da pessoa com surdez, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na sua modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso as duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo." (DAMÁZIO; ALVES; FERREIRA, 2009, p. 09).

4.1. Práticas de AEE com alunos com surdez: relato de observação

estudado o nome das disciplinas, onde o aluno fixou bem a abreviatura da palavra matemática e a repetiu no meio das palavras.

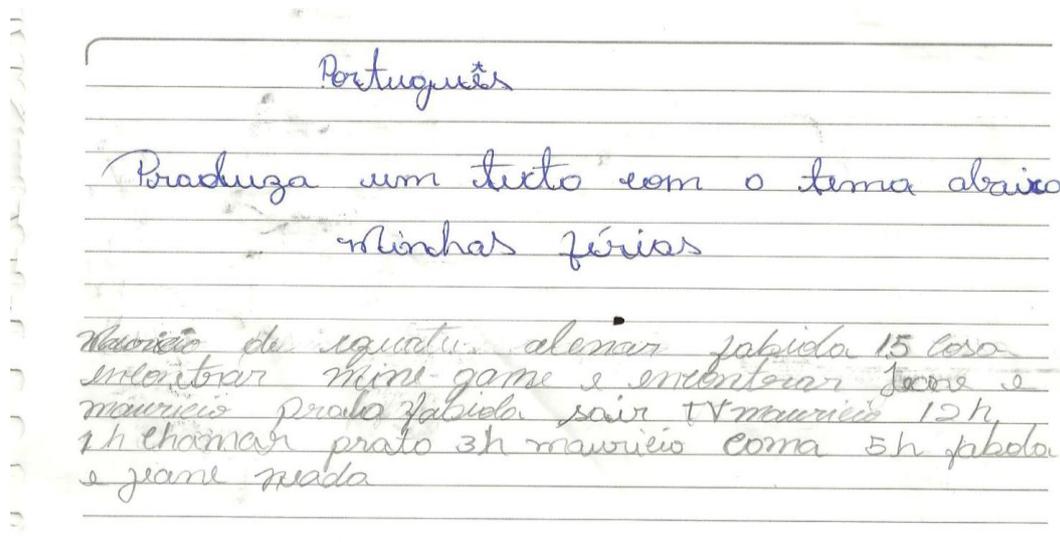
A palavra "agropecuária" encontrada na atividade, o aluno trouxe da aula de geografia para aprender o sinal, na oportunidade foi estudado o nome/sinal de alguns animais. A relação de nomes de animais foi escrita pelo professor, não é produção autônoma do aluno, conforme informou o professor do AEE.

Diante do exposto, percebemos que a proposta de ensino utilizada pela escola na sala comum não difere da utilizada no AEE, obedece a proposta da maioria dos livros didáticos. O ensino da língua é feito de maneira descontextualizada, mecânica, como se esta se restringisse apenas a um "conjunto de palavras" a serem reproduzidas. Tal processo colabora para o crescimento da dificuldade de compreensão, utilização e distinção das línguas pelo aluno com surdez.

Portanto a escola precisa repensar suas propostas metodológicas de ensino, estruturada com base no que propõe os três momentos-pedagógicos (AEE em LIBRAS, AEE para o ensino de LIBRAS e AEE para o ensino de Língua Portuguesa), para assim garantir ao aluno uma melhor associação dos conteúdos nas duas línguas, deixando claro que se trata de línguas distintas.

Outra atividade que merece destaque é uma produção textual proposta pela professora de Língua Portuguesa da sala comum:

Atividade 2



A produção textual mostra claramente o desenvolvimento significativo de Davi na escrita. Ele relata momentos felizes ocorridos nas férias, distingue horários para

cada atividade do dia e apresenta nomes de amigos do seu convívio, como também da sua namorada=Fabíola; número 15= nº da casa de Fabíola; a palavra "prato"= usada para sinalizar refeição (almoço); nada=corresponde que Jeane não compareceu à casa de Fabíola. Esse tipo de atividade da forma como foi solicitada é bastante complexa para Davi que está em fase de "alfabetização" nas duas línguas, seu vocabulário ainda é muito restrito, precisa de ampliação vocabular. A professora não teve a preocupação de realizar um planejamento mais elaborado e articulado com o professor do AEE em que envolvesse recursos e métodos didáticos capazes de levar o aluno a produzir conhecimento.

5. Metodologia

Este trabalho de pesquisa foi desenvolvido a partir do estudo de caso de um aluno surdo com 15 anos de idade (pseudônimo Daví), que cursa o 7º ano em uma escola pública estadual no município de Iguatu-CE. Para a concretização da pesquisa realizamos visita à escola, entrevista com professores da sala comum, professor do AEE, intérprete e conversa com a mãe do Daví, além das entrevistas e de conversas informais com o próprio aluno, pudemos contar com análises de produções textuais cedidas pelo professor do AEE. Assim, a referência metodológica enquadra-se num estudo de caso que busca apresentar uma análise qualitativa.

A partir desse estudo detectamos que o aluno necessita de um atendimento baseado na abordagem bilíngue e que o possibilite desenvolver competências linguísticas na modalidade leitura e escrita. Assim, elaboramos um plano de atendimento para o aluno Daví, como sugestão aos profissionais da escola, em particular o professor do AEE, repensar as suas práticas metodológicas para o ensino da língua portuguesa escrita para a pessoa com surdez.

Como referencial teórico, contamos com o apoio do excelente material disponibilizado para estudo, pela coordenação, no decorrer do curso. Dentre eles podemos ressaltar autores com Maria Tereza Eglér Mantoan e Edilene Ropoli (2010), Damázio e Ferreira (2009) que nos orientaram sobre o que é uma escola inclusiva e como acontece o AEE, em particular o AEE para alunos com surdez; para a fundamentação legal nos apoiamos no que diz a Política Nacional na Perspectiva de Educação Inclusiva (2009); Diretrizes operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2008, entre outros documentos como portarias e decretos voltados

para a Educação Inclusiva e o cumprimento do Atendimento Educacional Especializado.

6. Plano de Atendimento Educacional Especializado

Dados de Identificação:

Aluno: Daví Ferreira de Souza

Idade: 15 anos Ano: 7º

Escola: Escola Pública Estadual

Professor do ensino regular: Maria Eliane Bezerra e Antonio Lucas Freire

Professor do AEE: Marcos Barbosa Lima

Deficiência: Auditiva

1. Objetivos do plano:

- Proporcionar ao aluno uma aprendizagem pautada na abordagem bilíngue;
- Incentivar o uso do bilinguismo no ambiente escolar e social da vivência de Daví, respeitando integralmente a estrutura das duas línguas;
- Possibilitar a ampliação das competências lingüísticas em Libras e Língua Portuguesa na modalidade leitura e escrita;
- Elaborar e utilizar recursos didáticos com o uso de imagens para melhor compreensão dos conteúdos.

2. Organização do atendimento:

- Período de atendimento: de agosto a dezembro de 2011
- Frequência: 03 vezes por semana
- Tempo de atendimento: uma hora por dia
- Composição do atendimento: individual e coletivo
- Outros: articulação do professor de Libras com a comunidade escolar e a família de Daví para ampliar as condições do atendimento e da aprendizagem.

3. Atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao aluno:

Para o ambiente da aula especializada, realizaremos atividades capazes de promover a aprendizagem de Daví e o seu desenvolvimento linguístico na Língua de Sinais e na Língua Portuguesa, como segunda língua. Dessa forma utilizaremos as seguintes estratégias pedagógicas para obtenção dos nossos objetivos:

- Amplo acervo textual em Língua Portuguesa, de modo a oferecer para Daví a pluralidade dos discursos, oportunizando a interação e os mais variados tipos de comunicação;
- Presença de pistas escritas pré-estabelecidas, que possam servir como canal de comunicação entre o aluno, o professor e a estrutura e funcionamento da língua;

- Utilização de imagens contextualizadas com os conteúdos estudados por Daví na sala comum;
- Promover a interação através da utilização de recursos pedagógicos como: DVDs, livros, dicionários, jornais e revistas;
- Utilização de softwares em Libras e Português.

4. Seleção de materiais a serem produzidos para o aluno.

- Alfabeto móvel;
- Jogos com sinalização em Libras;
- Gravação de vídeo-aulas;
- Confecção de cartazes com imagens diversas e contextualizadas;
- Mural de imagens e palavras;
- Construção de maquetes como forma de ampliar o seu vocabulário/conhecimento de termos a serem trabalhados pelo professor em sala de aula, atendendo as outras áreas do conhecimento;
- Painel de gravuras.

5. Seleção de materiais e equipamentos que necessitam ser adquiridos:

Para materiais a ser confeccionados necessitaremos de: EVA, cartolinas, cola, tesoura; papel madeira, pincel, revistas, jornais, isopor, caixas, papel, fita gomada e lápis.

Materiais a ser adquiridos: microcomputador com instalação de softwares em Libras; histórias/estórias, encenações de atividades da vida diária e etc. Aquisição de equipamentos para gravação das vídeo-aulas.

6. Profissionais da escola que receberão orientação do professor de AEE sobre serviços e recursos oferecidos ao aluno:

- Professor de sala de aula;
- Diretor escolar;
- Equipe pedagógica;
- Auxiliares escolar.

Avaliação dos resultados:

Indicação de formas de registro

O professor do AEE utilizará ficha de acompanhamento individual do aluno para fazer registros das mudanças constatadas e as repercussões das ações do plano em relação ao desempenho escolar do aluno Daví, como também descrever os recursos utilizados em sala de aula durante o AEE.

Conclusão

É importante considerar que promover a igualdade na escola não se trata de definir algumas estratégias compensatórias justificadas pelas “adaptações curriculares”, considerando que alguns alunos, por natureza ou por deficiência, são menos capazes. É preciso rever a lógica que estrutura o conhecimento, analisar o tempo de aprendizagem, construir coletivos, superar currículos rígidos, buscar uma legítima reorientação para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

São muitas as inquietações sobre a inclusão na escola de ensino regular, e que muitas vezes não são canalizadas no sentido de trabalhar novas concepções, responder questões postas e reorientar uma nova prática educativa. Os contextos são sempre concretos, vivenciados no cotidiano dos membros escolares, portanto, é legítimo que o diálogo, entre estes, promova estratégias conforme as necessidades expostas.

Com o presente trabalho verificamos que o AEE oferecido ao aluno Daví, ainda perpassa por práticas pedagógicas integracionistas, em que o intérprete de Libras é quem desenvolve o trabalho no AEE. Observamos que o intérprete de língua de sinais da sala comum pressiona o aluno a acelerar o ritmo de aquisição da Língua portuguesa; o aluno leva atividades da sala comum para serem resolvidos com a ajuda do intérprete no AEE; ausência de um ambiente linguístico adequado para o ensino das duas línguas; na sala comum os conteúdos são ministrados por meio da interpretação de Libras, causando dependência do aluno; professores não dominam a língua de sinais, enfim, embora a escola trabalhe na tentativa de oferecer uma educação inclusiva, com bons intérpretes de Libras em fase de graduação em Letras Libras, ainda há muito que refletir sobre a organização dos papéis assumidos por esses profissionais e da prática pedagógica utilizada pelos mesmos. Por outro lado, ressaltamos que o intérprete não tem culpa nem pode ser responsabilizado por desenvolver práticas no AEE que caminhe em direção as pontuações do MEC/SEESP, tendo em vista que há um deslocamento de função de intérprete a professor, e por não ter uma formação específica para o AEE possa se sentir confuso na elaboração de propostas pedagógicas. Isso foi possível observar diante do compromisso do professor/intérprete em tentar fazer um atendimento propício à aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, deixamos uma questão aberta no trabalho para ser pensada, questionada, refletida e quem sabe vir a ser resolvida. São elas: qual o verdadeiro papel do intérprete de língua de sinais na escola, qual o papel do professor na sala regular? A inclusão de alunos surdos na sala regular pode ser resolvida apenas com a inclusão do intérprete? Pois, observamos que na prática há uma indefinição de papéis que, conseqüentemente interfere no processo de ensinoaprendizagem e na relação aluno surdo, professor e intérprete.

Diante do exposto, o trabalho torna-se relevante, sobretudo por levantar reflexões a cerca da eficiência do AEE oferecido ao aluno observado e por apresentar proposta de Plano de AEE que valoriza o ser o ser humano na sua diversidade e necessidade, proporcionando um atendimento através de três momentos didático-pedagógicos: AEE em LIBRAS, AEE para o ensino de LIBRAS e AEE para o ensino de Língua Portuguesa. Esperamos poder ter contribuído para elucidar esta temática, e assim, pensar nas práticas de AEE com alunos surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.* LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.* UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.* Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial.* Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.* LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.* Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Diário Oficial da União – seção 1 de 18 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica.* Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DAMÁZIO, Mirlene F. Macedo e JOSIMÁRIO P. Ferreira. Educação Escolar de Pessoas com Surdez- Atendimento Educacional Especializado em Construção. Revista Inclusão: Brasília: MEC. V. 6, Ano, 2009.

Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, seção1, p.17.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. *A escola comum inclusiva*. Edilene Aparecida Ropoli ... [et al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ANEXO – ROTEIRO PARA PROPOSIÇÃO DE UM CASO

A) Informações referentes ao aluno: idade, série, escolaridade, tipo de deficiência, outros.

B) Informações coletados do/sobre o aluno:

- O aluno gosta da escola?
- Tem amigos?
- Tem um colega predileto?
- Quais as atividades que ele gosta mais de fazer?
- Para ele, que tarefas são mais difíceis? Por quê?
- O aluno é capaz de expressar suas necessidades, desejos e interesses? De que maneira?
- O aluno costuma pedir ajuda aos professores? Por quê? Qual é a opinião do aluno sobre seus professores?
- Por que ele acha importante vir à escola e estudar nela?
- Está satisfeito com os apoios (material pedagógico especializado, equipamentos, informática acessível, intérprete, outros atendimentos) que dispõe no momento? Desejaria ter outros? Quais?

C) Informações coletas da/sobre a escola:

- O aluno participa de todas as atividades e interage em todos os espaços da escola? Como? Se não participa, por quê?
- Das atividades propostas para a turma, quais ele realiza com facilidade e quais ele não realiza ou realiza com dificuldades? Por quê?
- Como é a participação do aluno nas atividades propostas à sua turma? Participa das atividades integralmente, parcialmente ou não participa?

- Quais são as necessidades específicas do aluno, decorrentes da deficiência? Quais são as barreiras impostas pelo ambiente escolar?
- Que tipo de atendimento educacional e/ou clínico o aluno já recebe e quais são os profissionais envolvidos?
- O que os professores pensam sobre interesses e expectativas do aluno em relação à sua formação escolar?
- Como é esse aluno do ponto de vista social, afetivo, cognitivo, motor, familiar e outros?
- Qual a avaliação que o professor de sala de aula faz sobre o desempenho escolar desse aluno?
- Quais as preocupações apontadas pelo professor de sala de aula e quais os apoios que ele sugere para que o aluno atinja os objetivos educacionais traçados para sua turma?
- Como a comunidade escolar percebe a interação do aluno com seus colegas de turma?
- Quais as expectativas escolares do professor em relação a esse aluno?
- Quais são as principais habilidades e potencialidades do aluno, segundo os professores?
- Qual é o motivo que levou o professor de sala de aula solicitar os serviços do AEE para esse aluno?
- A escola dispõe de recursos de acessibilidade para o aluno, tais como: mobiliário, materiais pedagógicos, informática acessível, outros? Quais os recursos humanos e materiais de que a escola não dispõe e que são necessários para esse aluno?
- Quem avaliou os recursos utilizados por esse aluno? Eles atendem às suas necessidades?
- Como é o envolvimento afetivo, social da turma com o aluno?
- Qual é a opinião da escola (equipe pedagógica, diretor, professores, colegas de turma) sobre seu desenvolvimento escolar?

D) Informações coletadas da/sobre a família:

- ✓Qual é a opinião da família sobre a vida escolar do aluno?
- ✓A família se envolve com a escola? Participa de reuniões, de comemorações entre outras atividades da escola?
- ✓Tem consciência dos direitos de seu filho à educação inclusiva? Exige a garantia de seus direitos?
- ✓A família identifica habilidades, necessidades e dificuldades na vida pessoal e escolar do aluno? Quais?

✓Quais as expectativas da família com relação ao desenvolvimento e escolarização de seu filho?

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pelas conquistas realizadas.

A Escola e a família do aluno em estudo pelas informações e credibilidade na pesquisa realizada.

A todas as famílias especiais, agraciadas com filhos especiais.

Ao meu esposo Cícero Walter Matos da Silva e ao meu filho Saulo Leví Matos de Souza pelas horas de estudo concedidas, em favor dessa conquista.

Ao Orientador Luiz Carlos Bezerra pelas contribuições concedidas.

Notas:

¹ Optamos por usar o pseudônimo Davi para o aluno em estudo, como forma de preservar sua identidade.

² Alencar é distrito do município de Iguatu – CE, com aproximadamente 22km de distância da cidade.

Observação: Este artigo foi apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza / 2011, como requisito do Curso de Especialização *lato sensu* Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado para obtenção do título de especialista em atendimento educacional especializado.



MARIA LUCÉLIA FERREIRA DE SOUZA

Licenciada em Letras com Habilitação em Ling. Port. Ling. Inglesa c/ respectivas Literaturas – URCA.

Pós Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará - UECE/FECLI.

Especialista em Ensino de Língua Portuguesa – UECE e Especialista em Atendimento Educacional Especializado - AEE pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Tem experiência na área de Letras, com ênfase no ensino de Língua Inglesa.

Professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará.

Atualmente, trabalha na 16ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação/Iguatu-CE. Nascida no município de Nova Olinda-CE e residente no município de Iguatu- CE.

E-mail: malufsouza@hotmail.com